



Ao Presidente da Comissão de Licitação Município de Leme/SP

ASSUNTO: Pedido de Impugnação ao Edital – Concorrência Eletrônica nº 011/2025

IMPUGNANTE: MANA ILUMINAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 50.789.216/0001-56, com sede na Rua Thomekiti Kira, nº 287, Sala 05 A, Bairro Granja Viana, Cotia/SP, CEP 06.709-046, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Sra. Shirley Carrega Souza de Paula, portadora do RG nº 32.533.761-5 e inscrita no CPF nº 222.008.428-05.

I – DOS FATOS

Foi publicado o Edital da Concorrência Eletrônica nº 011/2025, cujo objeto é a modernização e eficientização do sistema de iluminação pública do Município de Leme/SP, pelo critério de julgamento Técnica e Preço.

Após criteriosa análise do Edital, do Termo de Referência e do Cronograma Físico-Financeiro, a Impugnante identificou dispositivos que restringem a competitividade e violam princípios licitatórios previstos na Constituição Federal e na Lei nº 14.133/2021.

II – DAS IRREGULARIDADES

1. DA ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE ATESTADO EXCLUSIVO DA NEOENERGIA ELEKTRO

O termo de referência, estabelece:

Qualificação Técnica Operacional

Se tratando da qualificação técnica operacional, corresponde aos seguintes pontos:

c) Comprovar capacitação técnica-operacional, mediante apresentação de atestados de capacidade em seu nome, junto com a anotação de responsabilidade técnica - ART ou o registro de responsabilidade técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compatíveis com a presente licitação, a que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

ii- Elaboração/Aprovação de Projeto de Iluminação Pública junto a concessionária Neoenergia Elektro, contento a instalação de no mínimo 50% do objeto referente;

Tal disposição:

- Restringe indevidamente a competitividade, pois obriga a comprovação de capacidade técnica somente por uma única concessionária, excluindo empresas com experiência equivalente junto a outras concessionárias ou órgãos equivalentes;

MANA ILUMINACAO LTDA – ME

CNPJ: 50.789.216/0001-56 Insc. Estadual: 278.582.409.112

Rua Thomekiti Kira 287, Sala 25-A – Granja Viana – Cotia – São Paulo – CEP 06709-046

Telefone.: (11) 4702-6053 – (11) 99927-3970 E-mail.: licitacoes.manailumina@gmail.com

- Afronta o art. 37, XXI, da CF e o art. 5º, caput, da Lei 14.133/2021, que asseguram igualdade de condições e vedam restrições injustificadas;

- Viola o art. 67, §1º, da Lei 14.133/2021, segundo o qual as exigências de qualificação técnica devem se limitar ao necessário para a execução do objeto.

Jurisprudência TCU:

- Acórdão nº 1214/2013-Plenário: “A exigência de atestado emitido por entidade específica configura restrição indevida ao caráter competitivo do certame.”

- Acórdão nº 2222/2015-Plenário: “Devem ser admitidos atestados de capacidade técnica emitidos por quaisquer entidades idôneas que tenham condições de avaliar a execução de serviços similares.”

Não há justificativa técnica que comprove que apenas atestados emitidos pela Neoenergia Elektro asseguram a correta execução do contrato.

2. DA EXIGÊNCIA EXCESSIVA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Algumas exigências técnicas extrapolam o núcleo do objeto, impondo comprovações que não guardam relação direta com a execução contratual, em afronta ao princípio da proporcionalidade (art. 5º, III, Lei 14.133/2021).

3. DA SUBJETIVIDADE NOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA

O edital, no item 4.10 – Da Avaliação Técnica e Preço e no Anexo VII – Sugestão de Critérios para Avaliação da Técnica e Preço, utiliza expressões genéricas como:

“Necessidade de avaliação da experiência prévia em projetos similares”;

“Relevância da metodologia de execução”;

“Capacidade de suporte técnico”;

“Qualidade da proposta técnica”;

“Qualificação da equipe”.

Tais termos, sem parâmetros objetivos, mensuráveis e previamente definidos, afrontam:

- Art. 5º, XII, Lei 14.133/2021 – Princípio do julgamento objetivo;
- Art. 6º, XX, Lei 14.133/2021 – Necessidade de critérios claros e descritos no edital;
- Art. 5º, I, Lei 14.133/2021 – Princípio da isonomia.

A jurisprudência do TCE-SP (p. ex., TC-002890.989.21-0, Sessão 2023) e do TCU (Acórdão nº 2.616/2018-Plenário) estabelece que a avaliação técnica, ainda que na modalidade Técnica e Preço, deve estar vinculada a parâmetros objetivos e verificáveis, sob pena de nulidade do certame.



Para evidenciar os riscos de subjetividade e propor solução, apresenta-se o quadro comparativo:

4. Exigências técnicas excessivamente restritivas e sem justificativa técnica robusta

O Termo de Referência impõe, entre outras, as seguintes restrições:

- Proibição de LED tecnologia COB, admitindo apenas SMD;
- Proibição de fechamento secundário com refrator de vidro;
- Exigência mínima de grau de proteção IP-67 para alojamentos de LED e óptica (acima do usual de mercado, como IP-65/IP-66);
- Pintura obrigatoriamente na cor cinza Munsell 6.5 e com espessura mínima de 60 micrômetros.

Tais exigências, sem estudo técnico que comprove a imprescindibilidade, afrontam o art. 14, §7º, da Lei 14.133/2021, que veda especificações que limitem a competição ou direcionem para modelo/marca específica.

O TCU, no Acórdão 1.214/2013-Plenário, já decidiu que requisitos técnicos devem ser proporcionalmente adequados à necessidade do objeto e devidamente justificados.

5. Padronização de potências sem admitir soluções equivalentes

O edital fixa potências de 70W, 100W e 180W para luminárias, sem admitir alternativas equivalentes que atendam ao mesmo nível de iluminância e desempenho.

A ABNT NBR 5101 recomenda que os projetos de iluminação sejam definidos por parâmetros de iluminância, e não por potência nominal, para permitir inovação e eficiência.

Essa restrição fere o art. 14, §6º, da Lei 14.133/2021.

6. Exigência de amostras e laudos prévios

A exigência de apresentação de amostras e laudos técnicos antes da adjudicação, sem previsão de ressarcimento, pode restringir a competitividade, conforme entendimento do TCU (Acórdão 325/2010-Plenário).

7. Critérios de julgamento “Técnica e Preço” com risco de subjetividade

A Lei nº 14.133/2021 (art. 36, §2º) exige critérios de avaliação objetivos e verificáveis. Caso a metodologia de pontuação técnica não esteja totalmente clara e mensurável, há risco de violação ao princípio do julgamento objetivo (art. 5º, caput).

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. Alteração para admitir atestados emitidos por qualquer concessionária de energia elétrica ou ente equivalente;
2. Adequação das exigências de qualificação técnica ao estritamente necessário;

MANA ILUMINACAO LTDA – ME

CNPJ: 50.789.216/0001-56 Insc. Estadual: 278.582.409.112

Rua Thomekiti Kira 287, Sala 25-A – Granja Viana – Cotia – São Paulo – CEP 06709-046

Telefone.: (11) 4702-6053 – (11) 99927-3970 E-mail.: licitacoes.manailumina@gmail.com



3. Inclusão de critérios objetivos e verificáveis para a pontuação técnica, com subcritérios claros, pesos definidos e forma de aferição documentada;
4. Supressão das exigências restritivas (proibição de COB, IP-67 obrigatório, cor e espessura de pintura específicas, etc.) ou apresentação de justificativa técnica detalhada para sua manutenção.
5. Alteração das especificações de potência para parâmetros de iluminância ou equivalência técnica.
6. Ajuste da exigência de amostras/laudos para etapa posterior à adjudicação, ou previsão de ressarcimento aos licitantes.
7. Publicação detalhada e objetiva dos critérios de pontuação técnica.

IV – DO DIREITO

Este pedido fundamenta-se nos princípios da isonomia, competitividade, julgamento objetivo e proporcionalidade (art. 5º e 37, XXI da CF), bem como nos arts. 14, 36, 56 e 62 da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência consolidada do TCU.

Termos em que,

Pede deferimento.

Cotia/SP, 13 de agosto de 2025.

Shirley Carrega Souza de Paula

Sócia Administradora

MANA ILUMINACAO LTDA – ME

CNPJ: 50.789.216/0001-56 Insc. Estadual: 278.582.409.112

Rua Thomekiti Kira 287, Sala 25-A – Granja Viana – Cotia – São Paulo – CEP 06709-046

Telefone.: (11) 4702-6053 – (11) 99927-3970 E-mail.: licitacoes.manailumina@gmail.com